

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
CARGO: PROCURADOR DO MUNICÍPIO – CLASSE A – PADRÃO I

PROVA SUBJETIVA
PARTE I – QUESTÃO 3

Aplicação: 16/12/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O prefeito violou o princípio da exclusividade — previsto no art. 165, § 8.º, da Constituição Federal de 1988 — ao incluir o artigo que tratava dos limites do perímetro urbano do município:

Art. 165 (.....)

§ 8.º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

O princípio da exclusividade tem o objetivo de impedir que sejam incluídas matérias que não sejam relacionadas à previsão de receitas e fixação de despesas (as chamadas caudas orçamentárias).

O dispositivo constitucional prevê algumas exceções quando da aplicação desse princípio: a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita. Assim, é possível concluir que o artigo que tratava dos limites do perímetro urbano não está entre as exceções admitidas pela Constituição Federal de 1988, sendo, portanto, inconstitucional.

O artigo que autoriza a contratação de operações de crédito não viola a Constituição Federal de 1988, por representar uma exceção à aplicabilidade do referido princípio, expressamente admitida no § 8.º do art. 165 da Constituição Federal de 1988.

Quesito 2.1 — Indicar qual princípio orçamentário foi violado pelo projeto de LOA e quais as exceções à aplicabilidade desse princípio

0 - Não respondeu qual princípio orçamentário constitucional foi violado pelo projeto de LOA e quais as exceções à aplicabilidade desse princípio.

1- Respondeu qual princípio orçamentário constitucional foi violado pelo projeto de LOA, mas sem citar o art. 165, § 8.º, da Constituição Federal de 1988, e não respondeu quais as exceções à aplicabilidade desse princípio.

2 - Respondeu qual princípio orçamentário constitucional foi violado pelo projeto de LOA, citando o art. 165, § 8.º, da Constituição Federal de 1988, mas não respondeu quais as exceções à aplicabilidade desse princípio.

3 - Respondeu qual princípio orçamentário constitucional foi violado pelo projeto de LOA, citando o art. 165, § 8.º, da Constituição Federal de 1988, e respondeu quais as exceções à aplicabilidade desse princípio.

Quesito 2.2 — Artigos incluídos no projeto de LOA que violaram ou não princípio orçamentário constitucional

0 - Não respondeu sobre a violação de princípio orçamentário constitucional pelos artigos incluídos no projeto de LOA.

1 - Respondeu corretamente sobre a existência ou não de violação a princípio orçamentário constitucional por um dos artigos incluídos no projeto de LOA.

2 - Respondeu corretamente sobre a existência ou não de violação a princípio orçamentário constitucional pelos dois artigos incluídos no projeto de LOA.